

Fim da conferência sobre o racismo traz alívio e dúvida

Direitos Humanos
As normas foram colocadas, mas ninguém sabe se os países vão respeitá-las

RACHEL SWARNS

The New York Times

DURBAN – Os diplomatas se dispersaram, deixando a cidade portuária de Durban, na África do Sul, com um plano de ação de combate à discriminação de 27 páginas e com uma desconcertante sensação de alívio pela conferência da ONU sobre racismo não ter resultado em absolutamente nada.

Mas as vítimas da discriminação no mundo podem ser perdoadas por se perguntarem se essas pilhas de promessas farão diferença para as pessoas comuns. Esta conferência ganhou as manchetes da imprensa com seu debate divisor sobre o tratamento dado por Israel aos palestinos e a discussão acalorada em relação a um pedido de desculpas da Europa pela escravidão.

No sábado, a reunião produziu, também, um plano que exige que os governos garantam aos ciganos igual acesso à educação, que seja garantida a liberdade religiosa às minorias e que as pessoas portadoras de aids tenham acesso a serviços.

O plano adotado pelos 163 países não tem implicação legal. A ONU vai indicar uma comissão de cinco especialistas para ajudar os países a colocar em prática o plano e supervisionar seu progresso para encorajar as autoridades a manter seus compromissos. Se os governos vão realmente cumprir isso é uma certeza remota.

Durante a conferência, muitos países usaram a força política para garantir que não vão lidar com as espinhosas questões de raça e discriminação. A Índia teve sucesso no seu lobby para impedir qualquer menção ao

sistema de castas. Antes de abandonar a conferência os Estados Unidos fizeram objeções a qualquer discussão sobre reparações aos descendentes de escravos. Outros se recusaram a considerar os gays como vítimas da discriminação.

Embora muitos representantes estrangeiros tenham feito discursos eloquentes condenando o racismo e a intolerância, poucos estiveram dispostos a atacar publicamente a discriminação dentro de suas próprias fronteiras. “Estas são questões difíceis e os governos se sentem vulneráveis; todos têm coisas a esconder e das quais se envergonhar”, disse Michael Posner, do Comitê de Advogados de Defesa dos Direitos Humanos de Nova York.

O ministro das Relações Exteriores do Canadá, John Manley, questionou a necessidade da reunião, já que os delegados pareciam estar fazendo pouco mais do que trocar platitudes e atacar Israel. “Não foi uma boa

experiência para a comunidade mundial nem para a ONU.”

Condoleezza Rice, conselheira de segurança nacional do presidente Bush, criticou a conferência por ter se concentrado demais

PLANO,
NÃO TEM
IMPLICAÇÃO
LEGAL

no passado e disse que foi melhor que o debate sobre reparações tivesse sido evitado.

Mas diplomatas da Europa e da América Latina discordaram. O secretário de Estado para direitos humanos do Brasil, Gilberto Saboia, disse que a comunidade internacional tem a obrigação de enfrentar as injustiças do passado, do presente e do futuro.

Para Mary Robinson, a secretária-geral da conferência, o importante foi que os delegados conseguiram alinhar um acordo para combater a discriminação racial. “Conseguimos um resultado e acho que será muito positivo para a dignidade humana”, disse Robinson. “Não estou iludida. Vamos deixar que a História julgue”.